



Justiça Federal promove dia 22 de novembro a segunda praça do XIII Leilão Unificado

A Justiça Federal do Espírito Santo promoverá em 22 de novembro, às 13 horas, a segunda praça do XIII Leilão Unificado, no auditório da Justiça Federal do Espírito Santo na Av. Mascarenhas de Moraes, nº 1 877, Monte Belo – Vitória, ES. Será uma boa oportunidade de adquirir bens de diversas naturezas por excelentes preços.

Dentre os bens a serem leiloados estão: imóveis em Bento Ferreira e Praia do Suá, vagas de garagem, veículos, retroescavadeira, equipamentos de informática, móveis, pedra de granito, máquina para polir mármore, entre outros. Veja a lista de bens no www.jfes.jus.br, campo “Transparência Pública – Leilões”. Mais informações no www.jfes.jus.br ou com o Núcleo de Apoio Judiciário da JFES: (27) 3183-5073 e (27) 3183-5162.

Gestores da SJES participam de encontro de dirigentes no Rio de Janeiro

Nove gestores da Seção Judiciária do Espírito Santo participam esta semana - de 07 a 09 de novembro, no Rio de Janeiro - da 1ª Conferência de Dirigentes da Justiça Federal da 2ª Região – 2ª fase, promovida pela Presidência do TRF2.

Representam a SJES os diretores Vera Ely Massariol (NAJ), Moacir Sader Silveira Junior (NCO), Carlos Chaves Damásio (NOM), Ana Paola Dessaune Carlos Vidal (NCS), Josélio Santos Nascimento (NGP), Thiago Gegenheimer Bremenkamp (NTI); Edilson Carlos Vidal, representando o diretor do NST, além dos supervisores Sérgio Henrique Barcelos Vieira (Segor/SG) - representando a Secretaria Geral - e Ronnie Francis Rangel Mariano (Sedre/NGP). O diretor do foro, juiz federal Fernando Cesar Baptista de Mattos, está sendo representado no evento pelo juiz federal Boaventura João Andrade (1º JEF).

Esta fase do projeto visa dar prosseguimento à integração institucional-administrativa na 2ª Região e tem como objetivo a elaboração de uma minuta de ato normativo que consolidará o alinhamento administrativo entre o TRF2 e as seções judiciárias do Rio e do Espírito Santo.



Justiça Federal do Rio e de Vitória tiveram expediente alterado na quinta-feira, 10, em função do movimento em defesa dos royalties do petróleo

O expediente do TRF2 e da primeira instância da Justiça Federal dos municípios do Rio de Janeiro e de Vitória foi das 9 às 14 horas, excepcionalmente na quinta-feira, 10 de novembro. Na data, o atendimento ao público foi realizado das 12 às 14 horas. A ordem foi da presidente do Tribunal, desembargadora federal Maria Helena Cisne, que tomou a medida em razão dos transtornos que poderiam ocorrer no trânsito das duas cidades, em razão das passeatas programa-

das pelos governos estaduais fluminense e capixaba. De acordo com as determinações que constam das portarias T2-PTP-2011/00125 - assinada pela presidente do TRF2 no dia 8 de novembro - e T2-PTP-2011/00133 - de 9 de novembro -, os prazos processuais que venceram no dia 10 ficaram prorrogados para o primeiro dia útil subsequente.

No Rio de Janeiro, o ato público teve início às 15 horas, na Candelária, de onde os manifestantes seguiram caminhando pela Avenida Rio Branco até a Cinelândia. Em Vitória, a concentração começou às 14 horas, na Praça dos Namorados. Assessoria de Comunicação Social do TRF2

Prorrogada suspensão dos prazos processuais na Vara Federal de Colatina

A presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, desembargadora federal Maria Helena Cisne, prorrogou a suspensão dos prazos processuais na Subseção Judiciária de Colatina, até o dia 14/11/2011, em virtude da mudança do juízo para nova sede. Portaria nº T2-PTP-2011/00114.

Novo endereço

A Vara Federal de Colatina funcionará, a partir do dia 16/11/2011, na Rua Santa Maria, 46, Centro, naquele município, CEP: 29700-200. O telefone continuará o mesmo: 27-3721-5466.

Via Legal denuncia desvios de medicamentos em hospitais da rede pública



Embora pareça absurdo, o desvio de medicamentos que deveriam ser usados para tratar pacientes internados em hospitais públicos é uma realidade no país. Este é um dos assuntos do Via Legal desta semana que denuncia a falta de controle que poderia evitar o crime. Juliano Domingues traz o desfecho de um destes casos. Remédios retirados de seis hospitais do Recife foram encontrados em clínicas particulares de todo o país. A venda irregular envolvia um esquema controlado por servidores públicos.

Ainda sobre medicamentos, Nara Sarmiento mostra a tentativa de empresários do sul do país de se livrarem de uma obrigação imposta pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária. A Anvisa exige que, antes de fechar um negócio, os fabricantes procurem saber se a farmácia onde o produto será vendido está regular. A intenção é incluir todos os envolvidos na cadeia produtiva na lista de responsáveis pela fiscalização. O objetivo é evitar prejuízos ao consumidor, como a oferta de produtos piratas. Apesar da reclamação, a Justiça Federal manteve a exigência do governo.

Outro destaque desta edição do Via Legal é um assunto que tem gerado polêmica dentro e fora dos tribunais. Homens solteiros que adotam uma criança querem o direito de ficar quatro meses afastado do trabalho. Viviane Rosa mostra exemplos de quem já conseguiu estender a licença paternidade e outros que ainda brigam nos tribunais pelo benefício. A medida é defendida por especialistas como a melhor forma de estreitar laços e garantir a base de uma relação afetiva que precisa ser construída.

Direto de São Paulo, Erica Resende conta o desfecho de mais uma história envolvendo vítimas da Ditadura Militar. Passadas mais de duas décadas do fim do regime, ainda são muitas as interrogações sobre o período que marcou a história política do país.

Tem ainda, reportagem sobre uma distorção que se repete em boa parte do litoral brasileiro. Muita gente ignora a lei e trata a praia como um patrimônio particular. Denise Moraes esteve em Paraty, umas das regiões mais bonitas do país, para mostrar o problema. Quem impede o acesso de turistas e moradores à areia pode ter que se explicar na Justiça.

O Via Legal é exibido nas TVs Cultura, Justiça, Brasil, além de outras 25 emissoras regionais. Confira os horários de exibição e assista também pela internet. www.vialegal.cjf.jus.br ou www.programavialegal.blogspot.com.

HORÁRIOS DE EXIBIÇÃO:

TV JUSTIÇA:

12 de novembro – sábado - 18h30

14 de novembro – segunda-feira - 21h30

TV CULTURA:

12 de novembro – sábado - 07h30

TV BRASIL: (Brasília – canal 02)

13 de novembro – domingo 6h

CEJ/CJF e Ipea apresentam pesquisa sobre acesso à Justiça nos JEFs

O Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal (CEJ/CJF) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) realizaram no dia 04 de novembro o Seminário de Apresentação da Pesquisa “Acesso à Justiça nos Juizados Especiais Federais”, tendo como público-alvo os coordenadores dos JEFs e juízes da TNU. (...)

De acordo com o corregedor-geral da Justiça Federal, ministro João Otávio de Noronha, a pesquisa cumpre a função de orientar o planejamento e criação de uma Justiça mais eficiente e célere, capaz de atender às demandas dos usuários com qualidade e eficiência e ainda melhorar a estrutura dos juizados.

(...) A pesquisa, que terá duração de 12 meses, faz parte do Termo de Cooperação para a realização da pesquisa “Acesso à Justiça Federal: dez anos de juizados especiais federais” assinado este ano entre presidente do CJF e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Ari Pargendler, e o presidente do Ipea, Márcio Pochmann. Assessoria de Comunicação Social do CJF

Comissão da V Jornada entende que EC 66 não pôs fim ao instituto da separação

Divórcio, separação judicial e extra-judicial, paternidade sócio-afetiva, guarda de filhos e consentimento para casamento - esses foram os principais pontos discutidos pelos integrantes da Comissão de Direito de Família e das Sucessões durante o primeiro dia de debates na V Jornada de Direito Civil. O evento, que é uma realização do Centro de Estudos Judiciários (CEJ) do Conselho da Justiça Federal (CJF), reúne cerca de 250 especialistas e convidados que estão discutindo também outros capítulos do Código Civil, como o Direito das Coisas, o Direito das Obrigações, o Direito de Empresa e a Responsabilidade Civil. (...)

Outros assuntos em debate na Jornada:

- A personalidade civil tem início com a concepção ou com o nascimento?
- A responsabilidade civil das empresas tabagistas
- Usucapião matrimonial

Assessoria de Comunicação Social do CJF – Veja mais no www.jf.jus.br

Falta de anotação na CPTS não é única forma de demonstrar desemprego

A Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais (TNU) decidiu anular a sentença e o acórdão da Justiça Federal do Rio Grande do Sul que consideraram procedente o pedido de pensão por morte, indeferido administrativamente pelo INSS, tendo em vista a falta de anotação na Carteira de Trabalho do segurado falecido. É que, segundo a autarquia, a ausência de vínculo empregatício comprovaria a situação de desemprego, ensejando a prorrogação do período de graça do segurado por mais 12 meses. Período de graça é aquele em que o segurado não contribui para a Previdência Social, mas mantém a qualidade de segurado e o direito aos benefícios. (...) Processo 2007.71.95.000394-2 - Assessoria de Comunicação Social do CJF – Veja mais no www.jf.jus.br